



2024

Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes

ÍNDICE

[\(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido\)](#)

[07.04.2024](#) – Dia Nacional do Combatente

[06.04.2024](#) – Inauguração de Monumento aos Combatentes, Fronteira

[29.05.2024](#) – Dia Internacional das Operações de Paz e Humanitárias

DIA NACIONAL DO COMBATENTE, BATALHA

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

07 de abril de 2024

Exmo. Senhor Presidente da República, Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa,

Excelência,

A presença de V.^ª Ex.^ª no Dia Nacional do Combatente, na Batalha, no mês em que se evocam os 106 anos da Batalha de La Lys na Grande Guerra, os 50 anos do 25 de abril e fim da Guerra do Ultramar é para os Combatentes por Portugal, um momento especial de conforto, pois representa, mais uma vez, o reconhecimento pelo mais alto responsável do poder político nacional, pela obra dos soldados de Portugal, ao longo da História, independentemente das circunstâncias políticas a que tiveram que obedecer. Bem-haja por estar mais uma vez connosco.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo,

As nossas sinceras felicitações pelo alto cargo que acaba de assumir. Temos fundamentadas esperanças de que os Combatentes vejam contempladas as reivindicações que há anos vêm fazendo e que o programa do governo contempla. Apresento a V.^ª Ex.^ª os nossos desejos das maiores felicidades no cumprimento de uma exigente missão a nível nacional e internacional.

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Nunes da Fonseca,

Permita que na sua pessoa agradeça todo o apoio das Forças Armadas à Liga dos Combatentes, nomeadamente nesta cerimónia e na que nos dias 13 e 14 do corrente mês realizaremos em França e onde nos dá igualmente a honra da sua presença.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha, Dr. Raul Miguel de Castro,

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Batalha, Dr. Joaquim Ruivo,

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Cartaxo Alves,

Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército, General Mendes Ferrão,

Exmo. Senhor Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Henriques Gomes, em representação do CEMA,

Exmo. Senhor Comandante-geral da GNR, Tenente-general Rui Veloso,

Exmo. Sr. Diretor Nacional da PSP, Superintendente-chefe Barros Correia,

Exmos. Senhores Almirantes, Generais, Secretário-geral e Diretores Gerais da Defesa Nacional,

Excelência Reverendíssima Administrador Apostólico das Forças Armadas e Forças de Segurança, D. Rui Valério,

Exmos. Senhores Embaixadores e Adidos de Defesa de países amigos,

Ilustres membros da significativa delegação francesa, que pela primeira vez, desde a chegada do soldado desconhecido à Batalha, temos a honra e o prazer de receber, com tão importante representatividade política, da região de Hauts-de-France, precisamente onde se bateu o Corpo Expedicionário Português. Temos hoje connosco: Mme Mirelle Hingrez-céréda, 1.^ª Vice-presidente do departamento de Pas-de-Calais; Mme Mady Dorchie, Conselheira Regional do Património e Dever de Memória da Região de Hauts-de-France; Cônsul Honorário de Portugal em Lille e decano do Corpo Consular de Hauts-de-France, Bruno Cavaco; Maire de La Couture, Raymond Gaquère; Maire de Richebourg, Jérôme Demullier; Maire de Ambleteuse, Stéphane

Pinto; Maire d'Arques, Benoit Roussel; Pierre Lantoine, descendente do Cônsul de Arras Louis Lantoine, a quem se deve a transferência do Cristo das Trincheiras para a Batalha; 1.º Adjunto da Cidade de Roncq, António da Silva; Jornalista António Marrucho; e, ainda, os Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes de Richebourg, Senhor Marques, do Núcleo de Paris, Georges Viaud, bem como da Presidente do Núcleo de Lillers e Porta-guião, Aurore Roufflaers, neta de Felícia Pailleux.

C'est un immense honneur pour nous, votre présence.

Exmos. Membros do Conselho Supremo e Direção Central da Liga dos Combatentes e Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes,

Presidentes das Associações Congéneres/Entidades civis, militares e religiosas,

Caros Combatentes e familiares,

Minhas Senhoras e meus senhores,

Em cerimónias como esta, vêm-nos à memória contrastes da vida real, numa contração do tempo, que a análise dos factos relativiza, vivifica e faz sobressair lições aprendidas. Parece que foi ontem. No fim do primeiro quartel do séc. XX, a Europa estava em Guerra, Portugal participava nela com um CEP e em Portugal eram dramáticas as consequências económicas, com os preços dos bens essenciais a triplicar em pouco tempo e os municípios a difundir editoriais, onde se podia ler que por motivo das dificuldades que assoberbavam o abastecimento do país e do preço elevado que atingiam os cereais, por causa da conflagração europeia, se criava e se racionava o que chamaram de pão fino e pão de família, ao mesmo tempo que se controlava a sua circulação com guias de trânsito, para controlar a sua distribuição.

Portugal e os Combatentes sofreram, mas estiveram com os vencedores e conservou-se a posse das então chamadas províncias ultramarinas. Já lá vão 106 anos.

Parece que foi ontem. Aos gritos, o povo português entoava "Angola é nossa". Tivemos 250.000 homens em armas durante treze anos. Já lá vão 63 anos. Angola é hoje um país independente.

Parece que foi ontem. Aos gritos o povo português cantava "Grândola Vila Morena" e gritava "Liberdade". Já lá vão 50 anos. Portugal é hoje um país democrático e comemora este ano, o cinquentenário do 25 de abril. Entretanto, não parece que foi ontem, porque acontece hoje, tal como aconteceu anteriormente.

De facto, tal como no final do primeiro e segundo quartel do séc. XX, a Europa, no final do primeiro quartel séc. XXI, está novamente em guerra. Portugal, como medida preventiva, e no âmbito da NATO, empenhou elementos das Forças Armadas, no leste da Europa, nomeadamente uma Companhia de Atiradores e um Pelotão de Carros de Combate, bem como um Destacamento da Defesa Aérea e um Destacamento de Fuzileiros.

As consequências económicas, tal como aconteceu na Primeira Guerra Mundial são evidentes, conhecidas e sentidas pelos portugueses. A insegurança e instabilidade na Europa são realidades para longo prazo. Não vivemos nem numa ilha, nem jamais num "lugar à beira mar plantado". A evolução tecnológica dos meios militares, transformaram distâncias estratégicas e cibernéticas, em distâncias táticas, potencializando ameaças, onde sobressai, entre outros, o vetor aéreo.

Não só em Portugal, mas em toda a Europa, face às lições recentemente aprendidas, os governos deveriam quanto a nós, proporcionar às suas Forças Armadas, em permanência, a possibilidade de execução de um Plano Estratégico de Emergência, subordinado a cinco preocupações estratégicas de defesa, plano que denomino de Plano R: Reorganização Reformista/Recrutamento/Retenção e Remuneração/Reequipamento Terra, Mar e Ar/Remuniciamento Terra, Mar e Ar.

Só a adoção política e a execução pelas Forças Armadas de um adequado, realista e coordenado Plano R, de longo prazo, onde a interoperabilidade deverá encontrar solução, poderá vir a garantir dissuasão a nível nacional e europeu e a conseqüente tranquilidade para os nossos netos e bisnetos. É evidente a necessidade de reforço do pilar europeu da OTAN, no ano do seu 75.º aniversário, onde Portugal como seu fundador deve poder melhorar o seu contributo.

Minhas senhoras e meus senhores,

Em todos os momentos difíceis da vida nacional, que atrás referi, momentos importantes da História de Portugal, houve uma parte do povo português que foi ator decisivo no desenrolar dos acontecimentos. Uma parte desse povo deu a vida, ao escrever essa História. A outra parte sobreviveu, regressou e raramente, ou tardiamente, recebeu os reconhecimentos morais e materiais devidos. Foram soldados de Portugal, essas duas partes do povo português, os atores decisivos nos momentos difíceis da sua História. Por isso, há precisamente cem anos que as conseqüências da Grande Guerra, davam origem a cem anos de solidariedade e apoio mútuo, entre Combatentes portugueses, nos conflitos armados dos séc. XX e XXI.

Nascia, oficialmente, a 29 de janeiro de 1924, há precisamente cem anos, a obra patriótica e humanitária Liga dos Combatentes da Grande Guerra, hoje Liga dos Combatentes, que garantindo apoio aos Combatentes da Grande Guerra, o vem garantindo aos Combatentes da Guerra do Ultramar e das Missões de Paz e Humanitárias e suas famílias, no apoio social, apoio à saúde, à cultura, bem como na promoção da história, dos símbolos nacionais, dos valores e defesa dos direitos humanos, da solidariedade e do apoio mútuo, da segurança e da paz.

Ao período do seu nascimento, seguiu-se um período de constrangimento que só o 25 de abril, que agora comemoramos, viria a por termo. Em ano de comemoração do 50.º aniversário do 25 de abril de 1974 é oportuno recordar o impacto deste histórico acontecimento nacional na Liga dos Combatentes. Durante a vigência do Estado Novo, a Liga dos Combatentes viu condicionada a sua administração e ação, conforme determinado pela portaria n.º 7826, de 18 de maio de 1934, na qual é aplicado um controlo direto do Estado sobre a Instituição, suspendendo as práticas democráticas e eletivas internas e substituição das direções, por nomeações governamentais diretas.

Com o 25 de abril de 1974, tal como no restante país, a Liga dos Combatentes inicia um processo de democratização dos seus órgãos e da sua ação. Com o despacho do Ministro de Defesa Nacional, General Firmino Miguel, em 5 de junho de 1974, é nomeado o General Almeida Viana, constando da sua missão a eventual alteração dos estatutos. Em dezembro do mesmo ano, apresenta a proposta de calendarização e, em março de 1975, realizam-se eleições para os corpos diretivos dos Núcleos, em abril de 1975 a Assembleia-geral para discussão e aprovação dos estatutos e, em julho de 1976, a Assembleia-geral elege, por aclamação, após dois anos de trabalho, como Presidente da Liga dos Combatentes, o General Almeida Viana.

Inicia-se a Fase de Adaptação da ação da Liga dos Combatentes ao novo regime democrático. Além da transição democrática verificou-se extinção do Movimento Nacional Feminino em 17 de junho de 1974 e a sua integração na estrutura da Liga dos Combatentes onde é criado o Serviço de Aerogramas e o Serviço de Apoio a Combatentes e Famílias até ao termo efetivo da Guerra do Ultramar em novembro de 1975.

Igualmente, é integrada na Liga dos Combatentes, em 30 de julho de 1976, por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército, a União dos Inválidos de Guerra, criada após a Grande Guerra.

Hoje, 50 anos passados sob o momento histórico e decisivo da História de Portugal, que face à descolonização viu as suas fronteiras geográficas voltarem às fronteiras de D. Diniz, é fácil constatar que as fronteiras sentimentais, humanas e de relacionamento especial, se mantêm e desenvolvem entre Portugal e os restantes países de língua oficial portuguesa. E a Liga dos Combatentes, na linha de orientação política nacional, e no cumprimento dos seus próprios estatutos, aprofunda esses conceitos e procedimentos.

Acabámos de, em novembro passado, no âmbito do nosso centenário, realizar um Congresso Internacional subordinado ao tema “Promoção da História e do Apoio Social e à Saúde aos Combatentes e suas famílias”, onde participaram Associações de Combatentes de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

Isto, depois de nos últimos 15 anos, termos estado na Guiné, Moçambique, S. Tomé, Cabo Verde e Timor, no âmbito do Programa Estratégico e Estruturante Conservação das Memórias, na dignificação de lugares onde se encontram inumados Combatentes portugueses.

Estamos agora em Angola, com a mesma finalidade, na Operação Embondeiro, numa primeira fase, dignificando os cemitérios de Luanda.

Igualmente, acaba de regressar de Timor-Leste, uma delegação da Direção Central da Liga dos Combatentes que, tendo em vista aprofundar conclusões do recente Congresso Internacional, ali se deslocou a convite do Conselho Nacional da Luta de Libertação Nacional de Timor-Leste para a adoção de medidas concretas no nosso relacionamento, em especial no âmbito da saúde, tendo sido extraordinariamente bem-recebida.

Exemplos concretos de que as nossas fronteiras humanas e espirituais, que ligam hoje países independentes, continuam bem profundas, num verdadeiro e salutar Império da Alma.

Cabe a nós portugueses mantê-lo e fortificá-lo, e à Liga dos Combatentes contribuir, cumprindo a alínea b) do Art. 2.º do seu estatuto que recomenda: “Promover o prestígio de Portugal, designadamente através de ações de intercâmbio com associações congéneres estrangeiras”. E, é ainda nesse âmbito, de intercâmbio internacional, que hoje recebemos os nossos amigos e parceiros franceses da Região de Hauts-de-France, a quem dirijo algumas palavras.

Permettez-moi de faire une référence particulière à tous les éléments de la Délégation des Hauts de France, en cette journée nationale des combattants et en cette année du centenaire de l'officialisation de la Ligue des Combattants, ainsi que du 50ème anniversaire du 25 avril et de l'année de reconnaissance du cimetière de Richebourg, comme site du patrimoine mondial de l'humanité par l'UNESCO.

Chacun entretient une relation sentimentale très particulière avec les événements de la Grande Guerre, qui se sont déroulés dans l'espace où ils vivent aujourd'hui et que certains gèrent, connaissant son histoire et ses habitants, à savoir la présence du Portugal et de ses forces armées qui y ont combattu en 1917 et 1918 pour la liberté de la France, où certains sont tombés et d'autres ont trouvé des raisons d'y rester pour le reste de leur vie.

Sont également partenaires permanents des cérémonies que la Ligue des Combattants organise annuellement avec le soutien des Forces Armées à Richebourg, La Couture, Boulogne Sur Maire et Ambleteuse. C'est un honneur pour la Ligue des Combattants de vous accueillir et de marquer un autre moment de partager des souvenirs communs.

Les 13 et 14 avril nous serons en France avec le même objectif qu'aujourd'hui.

Meus senhores e Minhas senhoras,

No final da cerimónia na Sala do Capítulo, teremos duas exposições evocando Memórias. Uma dedicada ao 25 de abril, outra dedicada ao Cônsul de Arras Louis Lantoinne que, nas consequências da Grande Guerra, esteve envolvido na organização do Cemitério de Richebourg, na construção do monumento de La Couture e na trasladação do Cristo das Trincheiras para Portugal. A exposição é inspirada num trabalho de investigação da nossa Presidente e Porta-guião do Núcleo de Lillers, Madame Aurore Roufflers, aqui, hoje, presente.

Minhas senhoras e meus senhores,

Caros Combatentes, Porta-guiões e Forças em parada para vós, o agradecimento sentido da Liga dos Combatentes.

Termino com o nosso Grito:

*Liga dos Combatentes?! Valores Permanentes!
Liga dos Combatentes?! Em todas as Frentes!*

Viva a Liga dos Combatentes... Viva Portugal.

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

Inauguração de um Monumento aos Combatentes, Fronteira

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

06 de abril de 2024

Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Fronteira Dr. Rogério Silva

Entidades civis, militares e religiosas

Exmo. Senhor Presidente do Núcleo de Estremoz

Minhas senhoras e meus senhores

Caros Combatentes

Nesta efeméride, aqui vivida no ano em que se evoca o centenário da oficialização da Liga dos Combatentes, conjugando em harmonia, recordação, homenagem e reconhecimento, saúdo as autoridades civis, militares e religiosas que, por esta forma participativa, afirmam solidariedade e consideração pelos combatentes de Fronteira por Portugal.

É com satisfação que me constituo em parte integrante do marcante regozijo coletivo pela inauguração do monumento aos combatentes de Fronteira, que neste histórico dia 6 de abril, colheu especial oportunidade para ser inaugurado, constituindo -se doravante, em monumento e farol de memória para a nossa geração e uma referência na história, para as gerações futuras.

De forma particularmente grata, a Liga dos Combatentes manifesta publicamente ao senhor Presidente da Câmara de Fronteira Dr. Rogério Silva o seu reconhecimento por esta sua iniciativa. Com afeto, com reconhecimento e com respeito devidos ao homem e ao cidadão Combatente, deste histórico município, bem como às suas famílias, revive-se hoje mais um pouco da História de todos nós, sobretudo daqueles que para a escreverem, deram de si o melhor, ou a própria vida, calcando o chão bem forte e obreiros da própria sorte.

Em Fronteira, ao homenagearmos hoje os combatentes deste concelho que se bateram na guerra do ultramar, jamais podemos esquecer aqueles combatentes por Portugal, que precisamente nesta data, há 640 anos, se bateram em Atoleiros contribuindo decisivamente para a garantia da independência de Portugal, confirmada mais tarde em Aljubarrota, sob comando do Combatente, Militar e Santo D. Nuno Álvares Pereira.

A vila de Fronteira tornou-se assim, num lugar de referência permanente sob o ponto de vista da história e da estratégia militar, pela forma inovadora como foi conduzida a batalha e atingida a vitória.

Em momentos como este, a Liga dos Combatentes, que nasceu há precisamente cem anos e viveu e ultrapassou todos os maus e bons momentos, por que passou a sociedade portuguesa, desde a Grande guerra, a II guerra mundial, a guerra do ultramar e hoje as missões de paz e humanitárias, reúne-se hoje aqui, com as entidades, as gentes e combatentes de fronteira, precisamente para evocar com este monumento, o Combatente de Fronteira por Portugal. Ato para nós justo e oportuno de ser distinguido, apesar de não evitar, por parte de alguns, emoções e sentimentos vários, críticos e descontextualizados.

Porque a liberdade de expressão hoje existe, não deixa de haver visões redutoras, escritas ou verbalmente expressas, sobre acontecimentos como o que hoje vivemos, contudo é nosso entendimento que cada vez mais, é necessário acentuar a importância que este tipo de cerimónias

tem, na afirmação de um povo, da sua cultura, e desta Pátria nossa amada, que os Lusíadas epicamente descrevem e que Fronteira perfilha, e vem praticando ao longo dos anos, ao evocar esse momento histórico e decisivo de Atoleiros.

Os monumentos erguidos aos combatentes um pouco por todo o país, 103 da Grande Guerra e mais de 500 evocando a Guerras do Ultramar, constituem a recordação das gentes que neles se reveem e recordam os seus heróis, sejam eles, mais ou menos elaborados, mas todos eles um aerograma escrevendo memória, pela forma genuína que cada um entende, aos combatentes de todos os tempos, e em particular aos do século XX, saídos desta nobre vila de Fronteira.

Assim, os fronteirenses que com este monumento evocam e homenageiam por iniciativa do município, dos seus combatentes e da sua gente, como ocorre em todo o país profundo, nada fazendo parar esse sentimento e necessidade de homenagear os seus, pelo reconhecimento da participação tida ao serviço das Forças Armadas, em momentos de conflito aberto, narram muitas memórias, por forma espontânea e natural, momento ao qual a Liga dos Combatentes com empenho se associa, através do Núcleo de Estremoz, empenho esse reforçado hoje, com a minha presença.

Estão aqui presentes, espiritual ou fisicamente, todos os combatentes e os de Fronteira, vivos e mortos, que generosamente empenharam a sua vida por um mundo livre e mais justo, oferecendo-se, por todos nós, para que a Paz fosse a vencedora das batalhas travadas.

E não esquecemos os que noutras pelejas e lugares lutaram e lutam ao serviço da Pátria e os que ainda hoje, nas operações de Paz e humanitárias, cumprem Portugal, onde Portugal os envia.

E nós com experiência de tempos de guerra vivida, voltamos a sentir que os ventos da História recomendam ações imediatas, no âmbito da Defesa Nacional, que garantam a possibilidade de uma resposta condigna aos riscos, desafios e ameaças que surgem no espaço europeu e onde os seus dirigentes repousaram demais no conceito de paz eterna.

Portugal não é uma ilha e está cada vez menos afastado da insegurança que percorre a Europa. A situação a que chegaram as Forças Armadas exige decisões políticas urgentes e que evitem a necessidade de “novos milagres” como sucedeu na sua participação na Grande Guerra.

Herdámos dos nossos antepassados, longínquos e próximos, a prática do dever do respeito, da preservação da memória devida, na vida e na morte, aos nossos bravos.

Temos a obrigação moral, de não voltar a dar missões impossíveis de cumprir aos nossos combatentes, ou que ao serem tentadas ser cumpridas, exigiriam sacrifícios humanos dramáticos, por falta de meios humanos e materiais disponíveis.

Hoje, em Fronteira volta a ser reforçado “um tempo feito de vários tempos e modos” que para sempre marcou a vida de cerca de um milhão de jovens, saídos de suas terras para atravessarem os mares e viverem e morrerem noutra continente, alguns regressarem com traços indeléveis na sua saúde e outros mais fortes e mais homens, ao ultrapassarem incólumes os infernos.

No nosso tempo, a nossa atitude para com os nossos ancestrais é de reconhecimento, mas também de admiração, porque todo o Combatente sabe que em todas as batalhas há vencedores e vencidos, e o simples facto de as enfrentar, na incerteza do desfecho, já revela caráter e grandeza, ao mesmo tempo que está consciente de que conquistado o triunfo, este nunca lhe

pertence, torna-se património da Pátria e da humanidade e chama-se Paz. Pelo contrário, se não conseguir a vitória será apontado como o responsável pela derrota.

Sabemos bem que a Grande Guerra, foi um fenómeno mundial dramático que mudou o mundo e onde Portugal esteve envolvido na defesa da Liberdade e da conquista da Paz.

Seguiu-se a segunda guerra mundial que determinou o envio de forças militares expedicionárias, pelos cantos do então mundo português.

A guerra do Ultramar, constituiu uma epopeia recente e que marcou gerações de portugueses que cumpriram ordens e denodadamente lutaram, sem saberem que o fim dos Impérios estava traçado após a conferência de Bandung, realizada em abril de 1955, há precisamente 69 anos, na Indonésia com 29 países asiáticos e africanos, mapeando uma nova verdade geopolítica denominada, terceiro mundo e originando uma profunda e progressiva mudança estratégica mundial.

Não obstante os avisados ventos de mudança que varriam os impérios, desde aquele ano de 1955, lutámos no além-mar e foi com homens, meninos e moços de sua mãe, que com dignidade, sacrifício, coragem e com valentia que se lutou por Portugal.

Hoje, a guerra voltou à Europa e embora esteja localizada, exigiu já medidas militares por parte dos países europeus, tendo Portugal, entre outras ações, ter enviado uma Companhia e um pelotão de Um pelotão Carros de Combate para o Leste da Europa. Hoje, duzentos anos depois, Portugal é considerado como país hostil por outro país europeu. A recordação e análise destes factos históricos tornam imperativo evocar e enaltecer a gesta generosamente escrita, ao longo dos tempos, por esses bravos soldados filhos de Fronteira, sendo justificado que ao inaugurarmos este monumento, ergamos ao Céu e ao Deus em que cada um de nós acredita, uma prece silenciosa, por eles.

Para nós, o ontem não se esquece e não se apaga. Revive-se. E por isso, nomeamos cada um dos Combatentes e Fronteira, com um grito interior de “presentes”, numa viagem ao passado, de meninos e moços empunhando armas.

Na nossa juventude, cada vez mais distante, Portugal foi-nos chamar onde cada um de nós estava: aos campos, aos escritórios, às fábricas, às escolas.

Pediu-nos que interrompêssemos os nossos sonhos, largássemos as nossas famílias e os nossos amigos, adiássemos casamentos, abandonássemos o mundo em que tínhamos nascido e crescido. Portugal pediu-nos tudo o que lhe podíamos dar.

E nós que lhe respondemos com o nosso sim, demos tudo com generosidade, em conformidade com o juramento um dia feito.

Partimos jovens. Fomos e aprendemos a combater.

Estivemos em terras que quase não sabíamos que existiam, em lugares remotos onde certamente muitos de nós nunca mais voltarão. Fomos combatentes em condições tão diferentes de tudo o que conhecíamos e experimentámos a guerra.

Os que dela regressaram, regressaram precocemente envelhecidos pelas experiências vividas e nenhum regressou igual, nem física nem psicologicamente, mas ainda hoje permanecemos

combatentes, orgulhosamente combatentes por Portugal. Por isso odiamos a guerra e defendemos a paz.

Não podemos eixar de referir, de acordo com o sentimento generalizado dos combatentes, que os governos da Nação esqueceram durante muitos anos quase totalmente os seus combatentes e assim se têm comportado, se tomarmos por referência 1914 e a Grande Guerra, vivida em Africa e em França, e a Guerra do Ultramar.

Embora o recente Estatuto do Combatente, tenha obtido acolhimento do governo, 46 anos depois do fim da guerra e de forma tímida, com promessa de constituir um primeiro passo legislativo.

É notório o diminuto apoio social e à saúde que dispensou aos seus filhos, tantos anos após o regresso de além-mar onde desdenhámos o conforto, sentimos na alma e no corpo a guerra e convivemos com a confusão que ela gera.

O Estatuto quedou-se distante do proposto pela Liga dos Combatentes ao governo. Estatuto, onde falta aprofundar e dotar financeiramente a solidariedade devida aos que vivem sobretudo a idade de ouro...ou a do outono da vida.

A Liga dos Combatentes fez propostas públicas ao governo e Assembleia da Republica, de revisão do Estatuto em 2021, em 2022, e em 2023 e voltará a fazê-lo, em 2024, esperamos com êxito, ao próximo governo.

Termino voltando a sublinhar a importância histórica do lugar onde nos encontramos, lugar testemunha de um dos mais decisivos feitos militares da nossa história, como povo que quis ser independente e livre.

E porque a memória se conservou até hoje, quer pelos habitantes da região, quer pelas forças armadas, foi possível, ver, em janeiro de 2023, oficialmente reconhecido e classificado o Terreiro da Batalha dos Atoleiros como sítio de interesse nacional, sendo-lhe atribuída a designação de monumento nacional.

Fica assim mais salvaguardada a memória material e simbólica da Batalha dos Atoleiros, que em 1384 teve lugar entre Portugal e Castela.

Com o nosso monumento fica salvaguardada a memória, de forma material e simbólica, dos Combatentes por Portugal, em especial aqueles que se bateram no ultramar.

Termino agradecendo mais uma vez a todos os que por qualquer forma permitiram termos hoje esta realização e esta significativa cerimónia.

Vivam as gentes de Fronteira.

Vivam os combatentes de Fronteira.

Viva a Liga dos Combatentes

Viva Portugal

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

Dia Internacional das Operações de Paz e Humanitárias

Forte do Bom Sucesso

TENENTE-GENERAL JOAQUIM CHITO RODRIGUES

29 de maio de 2024

Exma. Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional Dr.^a Ana Isabel Xavier, em representação de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional

Permita que em meu nome pessoal e da Liga dos Combatentes agradeça a V.^a Ex.^a o ter-se dignado presidir a esta significativa cerimónia de homenagem aos Combatentes das Missões de Paz e Humanitárias, em representação de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional.

Igualmente transmitir-lhe publicamente a esperança e o reconhecimento por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional ter considerado na sua agenda de trabalho ministerial, os apoios aos Antigos Combatentes, como uma das suas duas áreas prioritárias de trabalho. Esperamos de V.^a Ex.^a todo o apoio para que finalmente o apoio à saúde e o apoio social dos Antigos Combatentes e famílias e outras medidas, sejam finalmente uma realidade, de acordo com propostas já apresentadas pela Liga dos Combatentes, para revisão do Estatuto dos Antigos Combatentes.

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, Dr. Pedro Pessanha, muito obrigado por se dignar estar presente nesta cerimónia. Sabemos do seu interesse e compreensão pela resolução dos problemas referentes ao apoio social e apoio à saúde dos Combatentes. Assuntos não contemplados no atual Estatuto. Esperamos que na Assembleia da República, em coordenação com o governo, o próximo orçamento de Estado possa comportar já medidas que concorram para a justiça que é devida aos Antigos Combatentes e que constam de propostas da Liga dos Combatentes.

Exmo. Senhor General Mendes Ferrão Ilustre Chefe do Estado-Maior do Exército
Meu general

Em meu nome pessoal e da Liga dos Combatentes agradeço a presença de V.^a Ex.^a e igualmente todo o apoio que o Exército e as Forças Armadas vêm prestando à Liga dos Combatentes, nomeadamente a esta significativa Cerimónia.

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Belém Dr. Fernando Rosa

Exmo. Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil Brigadeiro General Duarte Costa

Exmo. Senhor Comandante-geral da GNR, Tenente-general Rui Veloso e Superintendente-chefe Luís Carrilho, Diretor Nacional da PSP

Apresento a V.^{as} Ex.^{as}, o nosso profundo agradecimento pela vossa presença nesta cerimónia e a participação da GNR e PSP nas Forças que hoje, em formatura, com representantes dos três ramos das FA, prestam homenagem aos militares e agentes que serviram e servem Portugal, nas Missões de Paz.

Sua Alteza Real D. Duarte de Bragança, Conde de Ourém

Exmo. Senhor General 2.^o Comandante Operacional das FA, Vice-almirante Nobre de Sousa, em representação do General CEMGFA

Exmos. Senhores Vice-chefe de Estado-Maior da Armada e da Força Aérea, em representação dos senhores Almirante CEMA e General CEMFA

Exmos. Senhores Almirantes, Generais e Diretores-gerais da Defesa Nacional, nomeadamente Senhor Secretário-geral, Inspetor-geral e Diretor-geral de Recursos, representante do Diretor-geral de Política de Defesa Nacional, Polícia Judiciária Militar e Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar

Comandantes do IUM, do Pessoal e das FT do Exército

Exmo. Senhor Tenente-general Marco Serronha, os nossos agradecimentos por ter aceite fazer uma intervenção alusiva a esta efeméride

Exmos. Senhores Adidos de Defesa de Países amigos, Brasil, EUA e Moçambique

Exmos. Senhor Presidente do Conselho Supremo da LC, Professor Dr. Aires de Sousa e membros do Conselho Supremo, General Pina Monteiro, Tenentes-generais Sousa Rodrigues e Campos Serafino, Batista Pereira e Contra-almirante Leiria Pinto.

Exmo. Senhor Presidente do Observatório Internacional de Direitos do Homem Dr. Luís Andrade

Exmos. Diretores do Museu Militar e do Museu do Ar

Exmos. Membros da Direção Central e do Conselho Fiscal da Liga dos Combatentes

Exmos. Senhores Presidentes de Núcleos da LC e de Associações congéneres (ADFA, SHIP, ACUP, APCA, Sargentos, Praças, Fuzileiros e Operações Especiais)

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e meus senhores

Caros Combatentes e Famílias

Num momento em que no discurso internacional, o tema dominante é a guerra, em especial na Europa, assistindo-se a intervenções políticas, leste oeste, criadoras de insegurança e instabilidade continental, com a hipótese de alargamento da guerra que ocorre entre dois países europeus não pertencentes à UE, nem à Nato, ao restante espaço europeu, pareceria de menor interesse reunirmo-nos para evocarmos as Missões de Paz em que as nossas Forças Armadas e Forças de Segurança estiveram e estão empenhadas no mundo.

Pelo contrário, consideramos do maior interesse fazê-lo, já que para além do seu interesse humanitário e de promoção da Paz, o ocidente está, neste momento, desenhando na Europa, a maior Operação de Apoio à Paz e Humanitária desde que este complexo conceito foi implementado, prevenindo a guerra.

Conceito evolutivo, surgido como modo peculiar de resolver conflitos, após a II Guerra mundial, embora durante a guerra fria, fossem poucas as possibilidades de se autorizar uma intervenção multilateral.

Conceito extremamente dinâmico, não inscrito na Carta da ONU, mas resultante de ajustes e adaptações de acordo com os casos particulares que iam ocorrendo, exigindo novas adaptações, quer no modo de decisão quer no modo de ação.

De facto, com o aparecimento da guerra fria bipolar, houve que multilateralmente ultrapassar duas grandes potências que se digladiavam, mesmo no Conselho de Segurança (CS), utilizando o seu poder de veto.

A modalidade encontrada para dar viabilidade à segurança coletiva, foi a criação de uma prática multilateral de natureza mista de soluções pacíficas e medidas coercivas. Conceito situado entre o capítulo VI e o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. O período pós bipolar caracterizou-se, pois, pelo descongelamento do processo decisório do Conselho de Segurança, abrindo uma série

de possibilidades para o sistema de segurança coletiva da ONU, em circunstâncias diversas, desde as intervenções humanitárias, incluindo a proteção a grupos de indivíduos vitimados por agressões dos próprios estados, à reconstrução de estados falidos ou à defesa dos direitos humanos, entre outros.

Ultrapassada a primeira missão, nos anos 50, do século passado, para gerir a crise do Suez, e a operação dos EUA no Líbano, seguir-se-ia um período de dez anos, sem missões de apoio à paz, até que em 1988, já em distensão da guerra fria, surge uma nova geração de Operações de Paz com a acumulação de diversas funções mais complexas, englobando diversas funções civis, policiais e militares.

Com estas características surgia a primeira *United Nations Good Offices Mission in Afghanistan and Pakistan* (UNGOMAP) para observar a saída da URSS do Afeganistão, a qual, com a política de Micahel Gorbachev, conduzia ao ocaso da guerra fria.

Segue-se o Irão-Iraque em 1989 a UNIMOG, e depois a complexa e variada missão da Namíbia, também em 1989, a UNTAG e a quarta e menos complexa missão desta segunda geração de missões de paz, a desenvolvida para observação dos acordos de paz da América Central a ONUCA.

A década de noventa traria, porém, mais complexidade, já que o seu conceito admitiria o emprego da força sempre que estivessem em causa os direitos humanos.

A guerra do Golfo, em 1991, viabilizou a aprovação multilateral no Conselho de Segurança, o uso da força, para impedir a invasão do Koweit por parte do Iraque. Mais tarde, seria considerada a violação dos direitos humanos, dos curdos por parte dos sunitas, como uma ameaça à paz internacional, situação em que o sistema de segurança da ONU permitiu o uso da força.

Surgia então a resolução 688 da ONU (1991), criadora de zonas de segurança, e um marco histórico das intervenções humanitárias do pós-guerra fria, isto é, a securitização dos direitos humanos, mesmo os de origem doméstica, como uma ameaça ao direito internacional e logo, justificando o emprego da força. A atuação por meios pacíficos na Somália através da *United Nations Operation in Somália* em 1992 a UNINOS, deu, face ao agravamento da Guerra Civil, rapidamente origem a uma *Unified Task Force* (UNITAF) autorizada pelo CS, a usar a força para assegurar o provimento da ajuda humanitária, seguida da UNOSOM II autorizada igualmente para continuar a utilizar a força para assegurar a ajuda humanitária à população da Somália. Parecia que, ao nível da ONU, a soberania dos estados teria chegado ao fim, desde que estivessem em perigo os direitos humanos.

A morte, porém, de 18 soldados americanos em 1993, viria a colocar a questão de pensar se seria lógico os estados nacionais, em democracia, colocarem em risco os seus soldados, para salvar estrangeiros.

A década de noventa viria a confrontar a ONU com inúmeras situações a que, logicamente, teria que acorrer, colocando-se-lhe problemas orçamentais e mudanças relativas às interpretações da importância dos conflitos, que se tornaram múltiplos e justificaram algumas falhas e ausências atempadas da ONU; nomeadamente na Bósnia Herzegovina, Haiti, Ruanda, Timor-Leste e Kosovo, aqui sem acompanhamento de missões de Paz da ONU.

De facto, logo a seguir à Somália surge a dissolução da Jugoslávia, o genocídio do Ruanda, as independências da Croácia e da Eslovénia, constituindo-se a *United Nations Protection Force* (UNPROFOR) com autorização do CS, para redesenhar as fronteiras das antigas províncias da

Jugoslávia e que viria mais tarde a apoiar militarmente e logisticamente a operação de auxílio humanitário *United Nations High Commissioner in Refugees* (UNCHR).

Os graves problemas que a ONU enfrentou com o aumento da complexidade, militar, policial e civil, após a criação destas ações multilaterais, nomeadamente nesta década de noventa, permitiu uma análise do fenómeno e a sua teorização.

É assim que em 2005, Roland Paris, teoriza as diversas Missões ou Operações de Paz face à complexidade que foram atingindo na ONU, em cinco Categorias: Diplomacia preventiva, (*preventive diplomacie*) que visa impedir a escalada de um conflito; operações de manutenção da paz (*peace keeping*) caracterizadas por um conjunto de tropas ligeiramente armadas, só para autodefesa e que observam o cessar-fogo posterior a um tratado de paz. Conceito que deu origem à doutrina clássica da ONU; estabelecimento da paz (*peace making*) que visa o atingir a paz por meios diplomáticos e pacíficos; a imposição da paz (*peace enforcement*) que procura a solução do conflito por meios coercivos e, finalmente, as operações de Construção da Paz que consiste na reconstrução das sociedades depois de um conflito armado.

Todas estas ações ocorreram num período de guerra fria e pós-guerra fria, aparecendo a ONU como sentinela do mundo, por vezes reagindo de acordo com afinidades históricas, geográficas e outras não intervindo mesmo estando em causa, impedir genocídios ou graves crises humanitárias.

O vínculo que se estabeleceu entre Operações de Paz, Intervenções Humanitárias e a Segurança Internacional, voltou a trazer ao de cima, a filosofia e a doutrina da Guerra Justa (*jus ad bellum*), ou seja o pensamento e conjunto de regras de conduta que define em quais condições a guerra é uma ação moralmente aceitável. Embora nesta doutrina, os mesmos critérios morais conduzam a juízos diferentes, em diferentes casos, e debruçando-se fundamentalmente, sobre a prevenção da guerra.

Em todas as situações descritas, na era moderna, não nos surge qualquer declaração de guerra, pelo que desde 1950 as declarações de *Jus ad bellum* caíram drasticamente, quer com a dissuasão, quer com a situação reforçada pela frequência das ações de terrorismo, onde os atores são não estatais.

Nos dias que correm, acontece que as missões de paz convivem hoje no mundo, com situações de guerra aberta não declarada entre estados, e até com nomes especiais, nomeadamente na Europa, não pertencendo esses estados, às organizações internacionais europeias e, por outro lado, sendo um deles, condicionador das decisões do CS, através do direito de veto.

As guerras Rússia-Ucrânia e Israel-HAMAS marcarão certamente uma viragem do entendimento geoestratégico, e uma nova fase, relativamente da segurança internacional e à decisão da necessidade de revisão da posição e poder de decisão, da ONU, no concerto das nações.

Como afirmei inicialmente enquanto a ONU e os estados europeus e seus aliados, reagem à guerra no Leste da Europa, desenvolvendo um conjunto de ações inerentes aos seus acordos, mas neles se visualizando o desenvolvimento de uma significativa e preventiva Missão de Paz, visando a sua segurança, apoiam um dos lados do conflito violento, e enfrentam uma situação de guerra que consideram injusta, são confrontados com discursos ameaçadores que procuram condicionar a sua ação e conseqüentemente a vida dos europeus.

Os perigos, riscos e ameaças violentas de alargamento geográfico do conflito, são possíveis, têm verosimilhança, embora de momento com baixo grau de probabilidade, aumentando, com o eventual desenrolar da guerra, a favor do atacante.

Provocam, porém, elevados graus de instabilidade, insegurança, e condicionamentos que devem ser motivadores de reações preventivas governamentais europeias e nacionais, imprescindíveis, desde já, no âmbito da mentalização e prevenção, revendo conceitos, e adequando meios humanos e materiais civis e militares.

Prevenção, sobretudo quando as condições para enfrentar tais situações sendo mínimas, são difíceis de melhorar em tempo útil, uma vez alterada perigosamente a probabilidade das ameaças. Algumas ameaças indiretas não violentas a Portugal tomam já sinais de agressão aos nossos interesses estratégicos, com penetração evidente nas nossas alianças e tratados com países amigos da nossa esfera de influência e merecem especial atenção diplomática e estratégica.

Nesta fase importará, pois, em termos nacionais, e em coordenação com os nossos aliados, garantir um mínimo de meios de defesa e dissuasão, face aos meios conhecidos do opositor, e dispor de um mínimo de capacidades e utilidade, para com esses aliados.

Importante, pois, que o governo esteja atento e valorize, todas as recomendações que vêm sendo feitas pelos quatro Chefes de Estados-Maiores das Forças Armadas.

Termino sublinhando e reconhecendo o extraordinário empenho e desempenho das Forças Armadas nas Missões de Paz, internacionalmente reconhecido como excelente, e a resposta já dada relativamente à situação no Leste da Europa.

Jamais nos esqueceremos e hoje, mais uma vez homenageamos os militares das FA e os membros das Forças de Segurança, caídos nas Missões de Paz, ao serviço da ONU, da NATO e da UE. Eles honraram a Pátria e a Pátria os contempla.

Que a Paz seja o permanente objetivo, a atingir por fortes e fracos e, se a solução para a atingir, for o milagre da dissuasão, preparemo-nos a todo o custo para a garantir.

Vivam as Forças em Missões de Paz, no 65.º aniversário
Viva a Liga dos Combatentes
Viva Portugal

Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general